

POLÍTICA ALÉM DA NOTÍCIA

Mudando de caráter

Ontem à noite o PFL saiu em busca de Deus de seu destino: na reunião com os presidentes das executivas estaduais, o senador Marco Maciel, presentes os demais líderes nacionais do partido, iniciaram a discussão interna que poderá culminar até na articulação de uma nova legenda.

O raciocínio é substancial: passa inicialmente pela autocritica do PFL como partido que não decolou como instrumento eleitoral. A campanha de filiação nacional, com vistas à eleição municipal do ano que vem, poderá registrar essa falta de appeal, a não ser que o Sr. Mauro Salles empreste ao partido todo seu talento e criatividade.

Depois há o fenômeno que ocorrerá na Constituinte na sua reta final, que antecipa uma fase de extrema pressão popular para influir nos votos em aberto. O PMDB moderado será ainda mais moderado, devendo cindir definitivamente o partido, isolando-se do bloco progressista. Os 60 ou 80 moderados quererão um novo partido que abrigue suas linhas de pensamento eleitoral, e assim irão encontrar o PFL desejoso de mudar sua imagem. O novo partido ainda teria o PDC do Sr. Mauro Borges, o PL do deputado Alvaro Valle, o PTB do deputado Gastone Righi e parte do PDS que não tem vínculos com o passado mafiusista.

O Ex-deputado Nelson Marchezan já comunicou a amigos em Brasília que não estará à disposição do atual PFL, mas do próximo e novo partido.

CARTAS DE DEMISSÃO EM BRASÍLIA

Antes de viajar hoje, a Conceição do Mato Dentro, o governador José Aparecido de Oliveira pediu a secretários que escrevessem coletivamente suas cartas de demissão para que possa realizar a reforma do secretariado com total autonomia. Até ontem à noite grande parte do secretariado já havia respondido. Afirmativamente.

AURELIANO DEFENDE CONJUNÇÃO

O ministro Aureliano Chaves é defensor da tese de que o País não pode persistir no maniqueísmo, que é danoso à criação de uma sociedade pluralista. Em vez da discussão entre estatização e privatismo, por exemplo, o Ministro sugere que o Brasil adote a conjunção aproximativa: uma coisa e outra, para misturar as experiências, não racionalizando o processo com uma opção maniqueísta. A China e a URSS fugiram disso.

UM DETERMINADO ALMOÇO

Muitos notaram o forte e afetuoso abraço dado pelo ministro Leonidas Pires Gonçalves no deputado Bernardo Cabral, num dos almoços que ultimamente constaram da agenda social da cidade. Um abraço de camaradas.

LEONARDO MOTA NETO

Para Ulysses consenso fará a Constituição

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), afirmou ontem a um grupo de parlamentares do PFL que a futura Constituição resultará do consenso. Frisou que, nessas ocasiões, é natural que os radicais sempre preguem um susto, mas depois prevalece o entendimento.

Acredita o presidente Ulysses Guimarães que esteja havendo uma grande sensibilidade na Comissão de Sistematização para redução dos pontos de conflito, que seriam, hoje, menos de dez. Alguns, como reforma agrária, estabilidade, definição de empresa nacional e sistema de Governo, ainda apresentam dificuldades.

ELOGIAVEL

Na conversa com os representantes do PFL o presidente Ulysses Guimarães ressaltou que ele mesmo está procurando ajudar na busca de soluções harmônicas para evitar o radicalismo. Não é fácil encontrar algumas soluções, mas espera que surjam através do entendimento, que tem de ser demorado.

Por esse motivo, considerava extremamente louvável a iniciativa dos parlamentares do PFL — Jaime Santana (MA), Humberto Souto (MG), Lúcio Alcântara (CE) e outros — de promoverem conversações neste sentido.

Humberto Souto ponderou que a preocupação era atingir uma Constituição que tivesse os pés no chão, espelhasse a realidade nacional, e que, por isso, não poderia ser um retrocesso. Os parlamentares do PFL já mantiveram contatos com integrantes de outros partidos e, acentuou Humberto, verificaram que há

uma grande maioria na Constituinte que não deseja ficar a reboque nem da direita nem da esquerda.

Ulysses recomendou a todos que esperassem a divulgação na próxima sexta-feira do parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que, a seu ver, solucionará várias das questões pendentes. Há a possibilidade de algumas, como a definição do que é empresa nacional, ficarem para a lei ordinária se for de todo impossível o entendimento.

Na próxima semana será convocada a primeira reunião suprapartidária para exame do parecer de Cabral e verificação de quais os pontos realmente divergentes. A impressão é de que estes acabarão sendo, no máximo, dois ou três.

ESTRATEGIA

O comportamento do deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB, de querer discutir com esse grupo, que pretende ser de centro-esquerda, foi considerada uma demonstração significativa. A esquerda mais consciente teria considerado que a fase preliminar, a das subcomissões, era a de exarcebamento, de aproveitamento político das teses radicais. Agora, quando começa a definição, o melhor é uma solução conciliatória, que represente algum avanço.

Entre as teses que não serão resolvidas por consenso, apenas uma, a do sistema de Governo, não é a ideológica. Mesmo entre os parlamentares do PFL, que iniciaram o movimento para uma Constituição de entendimento, a divisão é latente. A maioria prefere o sistema parlamentarista, mas alguns, como Lúcio Alcântara, são presidencialistas convictos.

Albano prega o entendimento

Aracaju — "Se não houver um entendimento civilizado entre os direitistas, moderados e progressistas, a futura constituição brasileira está fadada a ser a negação de todos os desejos da Nação", disse ontem, em Aracaju, o senador Albano Franco (PMDB-SE). Ele defendeu um recuo político das diversas tendências para evitar "um choque brutal, com graves consequências para a vida do País".

Ninguém é dono da verdade, principalmente no momento em que se elabora uma Constituição. Por isso, é preciso que todos entendam que estão cuidando do futuro do País — declarou o senador, observando que "pelo menos os mode-

rados estão se articulando para ampliar o diálogo". A ansia negociatória está espalhada na Constituinte, observou ontem o líder em exercício do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), para quem isso se instaurou a partir da constatação dos grupos extremados de que se houver a radicalização registrada na primeira fase da Constituinte somente a diretoria sairá lucrando, porque é com ela que o grupo de centro se associará. Ibsen Pinheiro acha que a ansia de negociação resulta ainda da observação de que nenhum grupo isolado conseguirá escrever sozinho a nova Constituição, daí ter aberto uma temporada de busca de consenso capaz de conciliar idéias e posições.

CARTA ABERTA

A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MENSAGENS TELEFÔNICAS - FENATTEL, E OS SINDICATOS QUE A COMPÕE, POR RAZÃO DA REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO DE REPRESENTANTES, ACONTECIDA NA CIDADE DE MANAUS -AM, NOS DIAS 18 E 19 DO CORRENTE, VEM POR INTERMÉDIO DESTA CARTA ABERTA, INFORMAR A OPINIÃO PÚBLICA O QUE SE SEGUE:

- 1. A FENATTEL e seus Sindicatos, tem 30 anos de longa história de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores da categoria representada e dos movimentos sindicais brasileiros.
2. No alvorecer de uma nova Constituição, urge se façam presentes e participantes desse processo, mais do que nunca, através de seus representantes constituintes e órgãos sindicais, os trabalhadores brasileiros.
3. Assim, em defesa dos legítimos anseios da categoria, as entidades citadas, pedem o apoio da opinião pública para que os princípios seguintes sejam referendados pela nova Carta Magna:
a) A manutenção do monopólio estatal sobre o Sistema de Telecomunicações, como forma de coibir a exploração particular de tais serviços, cuja entrega à iniciativa privada submeteria importante pólo tecnológico à influência e arbítrio de multinacionais e empresas de comunicações brasileiras, em detrimento dos interesses nacionais;
b) A garantia dos direitos individuais do trabalhador brasileiro entre os quais os concernentes ao direito de greve sem qualquer restrições; estabilidade no emprego; salário justo e compatível com as necessidades básicas do trabalhador; participação nos lucros; e jornada de 40 horas;
c) A manutenção da participação classista dos trabalhadores brasileiros, nos órgãos de decisão administrativa e judicial.
4. Outrossim, unem-se as entidades citadas ao clamor popular que exige:
- A retomada do processo de crescimento econômico do Brasil;
- A manutenção do poder aquisitivo do salário através de mecanismo anti-inflação (gatilhos), e da reposição salarial;
- Não à recessão econômica;
- A denúncia e a imediata correção do emperramento da máquina burocrática e administrativa brasileira, que assim se encontra em virtude da impatriótica luta de interesses fisiológicos em relação ao provimento de cargos, que está a caracterizar o momento político do Governo.
- A denúncia da existência de poderoso "lobby", nacional e estrangeiro, a tentar influenciar os Senhores Constituintes em favor de interesses particulares escusos, em detrimento da vontade soberana do povo brasileiro.
O BRASIL PRECISA CRESCER!
O compromisso da Constituinte é com a vontade do povo e a Justiça Social
O fisiologismo político não pode continuar a prejudicar o Brasil e os anseios dos trabalhadores!
Manaus, 18 de junho de 1987.
A DIRETORIA.

FIGENIO NOVAES



Deputados do PFL discutem com Ulysses Guimarães o fim da radicalização na Constituinte

Maciel discute pacto com Lula e com Brizola

O senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, afirmou que hoje irá se reunir com o presidente do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, e, amanhã, com o presidente do PDT, Leonel Brizola, com quem pretende discutir sua proposta de pacto político.

"Eu acredito que a crise, embora seja financeira e econômica, com reverberações no plano social, ela é em sua raiz uma crise política, e eu tenho a impressão de que na medida em que os partidos se entenderem, e chegarem a um acordo em torno de pontos consensuais, a crise não irá desaparecer, mas certamente os problemas

irão diminuir de grandeza", afirmou Maciel.

O senador pernambucano acredita que poderão ser criadas, a partir daí, as condições para que o País enfrente a crise econômica e social e para consolidar o processo da transição, onde a Constituinte é para ele o ponto mais relevante. "Acredito que o Plano Bresser pode ajudar nesses entendimentos, na medida em que ele deixou claras algumas linhas em relação à economia brasileira, criando condições para que possamos conversar agora sobre realidades concretas, pois, como se trata de um plano com uma certa flexibilidade, é possível que nessas conversas nós pos-

samos fazer algumas sugestões em relação à correção de rumos do próprio plano", explicou Marco Maciel.

O presidente do PFL lembrou também que o presidente José Sarney está muito atento a esta realidade, pois ele entende que os nossos problemas são de ordem política, como ele disse no discurso de 18 de maio, logo, na proporção em que nós nos entendermos, e que os diferentes partidos forem capazes de estabelecer regras que tenham uma adesão social, estaremos dando um passo muito importante para a solução das nossas dificuldades".

Marco Maciel presidiu ontem em Brasília a reunião da executiva do PFL com todos os presidentes de seus diretórios regionais, quando esteve em debate a realização da convenção nacional, a atuação partidária na Constituinte e a preparação para as eleições municipais do próximo ano. "Considero importante o fortalecimento do meu partido neste momento, pois sabemos que não há democracia sem partidos políticos fortes, por isto, neste momento de transição, devemos pensar em fortalecer todos os partidos, como forma de garantir um processo democrático firme em nosso País", concluiu o senador.

Arinos: parlamentarismo será aprovado

A afirmação do senador Afonso Arinos (RJ) de que o sistema parlamentarista será aprovado e o reconhecimento do vice-líder na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), de que na primeira etapa da Constituinte o partido aproximou-se mais da direita, marcaram a reunião da executiva do PFL com os presidentes dos diretórios regionais. A convenção nacional foi adiada de julho para setembro.

O ponto mais crítico ocorreu quando o deputado Dionísio Hage (PA) solicitou a superintendência da Sudam para o ex-governador Alacid Nunes (já está no Conselho da Vale), sem que o partido não terá condições de resistir. O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), quis a reivindicação com ar distante.

CRÍTICAS

O presidente Sarney foi criticado em diversas ocasiões.

JULIO ALCANTARA



Simpático ao parlamentarismo, Richa acha cedo para implantá-lo

Richa: País não está preparado

"O parlamentarismo como sistema de governo não deve ser implantado nem no governo do sucessor do presidente José Sarney, seria uma aventura". A opinião é do senador José Richa, relator da Comissão de Organização do Estado.

"Simpático" ao regime parlamentarista clássico, como declarou, José Richa acredita que implantado sem as mínimas condições, como hoje, esse sistema de governo seria "totalmente desmoralizado" e estabeleceria a desarmonia no País. "Para que pudéssemos aprovar o parlamentarismo teríamos, necessariamente, de ter um Con-

gresso forte, com todas as suas prerrogativas restabelecidas, partidos políticos também vigorosos e bem organizados e uma tecno-burocracia estável", considerou o senador.

VOTO DISTRITAL

Segundo ele, "não temos nada disto" e somente a partir da aprovação do voto distrital como sistema eleitoral, começaremos a melhorar a qualidade da representação política, e por consequência fortalecer mais o Congresso Nacional. Além disso — disse José Richa —, o problema da tecno-burocracia terá que ser atacado pelo governo, que deverá investir

mais nos recursos humanos de que dispõe, estabelecer como norma que somente através de concurso público seja permitido entrar no serviço público e criar um sistema de carreira que permita melhorar a situação dos servidores.

José Richa foi ontem conversar com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, "discutir o projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical e o direito de greve dos trabalhadores", que no seu entender "é muito bom, resultante de um acordo feito entre as lideranças sindicais e os patrões, há 90 dias".

Camargo, um candidato forte

Curitiba (Sucursal) — Se as eleições para a Presidência da República fossem hoje, os empresários paranaenses votariam no senador Afonso Camargo. Pelo menos foi o que revelou uma pesquisa realizada pela Sigma-Dataser para a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — seção do Paraná, durante almoço oferecido pela entidade ao governador Alvaro Dias.

Cerca de 200 empresários, representantes de diversos setores, inclusive bancário, responderam às sete perguntas do questionário que lhes foi apresentado. O maior consenso foi quanto à duração do mandato presidencial: 76,14 por cento querem um mandato de quatro anos.

Mantendo-se o sistema presidencialista, Afonso Camargo parece deter a maioria das preferências dos empresários paranaenses: 39,87 por cento dos entrevistados lembraram seu nome como o mais indicado. Em seguida vem o senador e ex-governador José Richa, com 22,78 por cento. Antônio Ermírio de Moraes, com 15,82 por cento, e Dilson Funaro, com 1,90 por cento.

Mas se o regime tornar-se parlamentarista, Richa assume uma ligeira vantagem sobre Afonso Camargo, como o preferido para primeiro-ministro: 22,22 por cento contra 21,30 por cento. Antônio Ermírio e Mário Covas também estão no páreo, com 13,89 por cento e 12,04 por cento respectivamente.

A grande maioria dos entrevistados (54,36 por cento) é a favor do parlamentarismo, enouando 44,62 por cento preferem o presidencialismo. Indagados sobre a possibilidade de a Constituinte aprovar o regime de estabilidade no emprego, 55,5 por cento dos entrevistados afirmaram que reduziriam seus quadros; 20,88 por cento apelariam ora uma seleção mais rígida do pessoal e 18,68 por cento estudariam a hipótese de encerrar as atividades.

Os empresários manifestaram-se ainda a favor de uma jornada de 40 horas semanais (44,16 por cento) e declararam-se favoráveis à participação dos empregados nos lucros das empresas (72,34 por cento).

STF descarta ação sobre o mandato

O Supremo Tribunal Federal (STF) indeferiu, liminarmente, o mandato de segurança impetrado pelo prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, do PFL, contra a Mesa da Constituinte, visando à manutenção dos seis anos para o seu mandato e do presidente José Sarney.

Em seu mandado de segurança, o prefeito contestou os poderes ilimitados da Constituinte, citando Pontes de Miranda. Segundo Leone, esses poderes "não podem excluir a existência de princípios supra-estatais ou estatais a que obedeca".

Comissão do PFL avalia o novo plano

O PFL vai instituir uma comissão especial composta de deputados e senadores do partido, economistas, representantes de sindicatos e de empresários para avaliar e acompanhar a execução do novo plano econômico do governo.

O anúncio foi feito ontem pelo senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, acrescentando que a primeira reunião de avaliação do Plano Bresser será no dia 1º de julho, e a partir daí o partido pretende levar ao presidente Sarney contribuições e sugestões naqueles setores que o programa se mostrar vulnerável ou mercedor de qualquer correção.

Ao final de seu expediente de ontem o presidente José Sarney recebeu os membros da diretoria executiva do PFL, acompanhado dos presidentes dos diretórios estaduais de quem recebeu "manifestação favorável ao plano econômico mas, também, sobretudo, o desejo de participar, construtivamente, trazendo observações e críticas ao desenvolvimento desse plano".

Para o presidente do PFL, o partido acredita que o presidente Sarney "agiu muito certo" ao lançar o novo plano, mas acha, que "devemos acompanhar a execução, oferecer contribuições e críticas para que, o programa de efetivamente certo".